

N.º2 | JUNHO 2022

# ESQUERDA SAÚDE

ESQUERDA.NET/SAUDE

## O NEGÓCIO VAI BEM a saúde nem tanto



DOSSIER.  
INVESTIGAÇÃO  
EM SAÚDE

CHILE.  
CADASTRO  
LIBERAL

TRABALHO  
MÉDICO.  
ESTÁ NA HORA  
DE DIGNIFICAR?

ABORTO.  
EUA EM  
RETROCESSO

DISCRIMINAÇÃO.  
PESSOAS TRÂNS E  
DIREITO À SAÚDE

E AINDA REFUGIADOS. EUTANÁSIA. CUIDADOS PALIATIVOS.  
AÇORES. FERNANDO NAMORA



## EDITORIAL

HORAS EXTRA, PRECARIIDADE, PERDA DE SALÁRIO E UMA PANDEMIA

# JÁ ESTÁ NA ALTURA DE DIGNIFICAR O TRABALHO MÉDICO?

**TÂNIA RUSSO** | Médica no Hospital Amadora-Sintra, Dirigente Sindical e Deputada Municipal em Sintra

A pandemia por SARS-CoV-2 tem sido uma prova dura para o Serviço Nacional de Saúde e para os seus profissionais. Apesar do esforço exigido e do cenário de incerteza e de risco, os médicos e médicas do SNS nunca deixaram de dizer presente. Se não é este o momento de finalmente reconhecer a importância destas trabalhadoras e trabalhadores na vida das pessoas e do país e de lhes conferir não um privilégio, mas o mais justo direito a salários e condições de trabalho dignas, quando será?

A exigência da pandemia sobrepôs-se a anos de destruição da carreira médica, de congelamento das progressões e de salários, de degradação das condições de trabalho, da precariedade de contratos de prestação de serviços para medicina à tarefa e de um avolumar inenunciável de horas extraordinárias, que em muitos casos chegam a equivaler a três ou quatro meses de trabalho extra. Os sucessivos ataques aos trabalhadores médicos e trabalhadoras médicas levou à perda de poder de compra de 17% desde 2010.

Em resultado desta sangria, temos assistido ao abandono massivo do SNS pelos profissionais e à perda de capacidade deste para as instituições privadas. E isso não é uma escolha dos trabalhadores. É sim uma escolha política, a que os sucessivos governos têm dado continuidade. Os problemas e a deliberada delapidação do SNS não surgiram com a pandemia: avolumaram-se durante mais de uma década e traduzem-se agora em mais de 1,1 milhões de pessoas sem médico de família, em urgências sobrelotadas e com mais de 10 horas de espera e em 22 milhões de horas extra no ano passado. A despesa estimada do SNS com horas extra dos médicos em 2021 daria para contratar mais de 3800 médicos a tempo inteiro na base da carreira.

A falta de vontade política para resolver as doenças crónicas que têm sido infligidas ao SNS não resulta de inércia nem de falta de dinheiro – é o concretizar progressivo de uma agenda política e ideológica de entrega deliberada do filão da saúde aos privados, à custa de um serviço público, universal e equitativo.

Mesmo nas instituições privadas, os direitos laborais são constantemente atropelados. O falso trabalho independente e a contratação através de microempresa do próprio médico ou médica são uma imposição da entidade patronal como forma de se livrar dos encargos com a segurança social, que confere direitos aos trabalhadores, como a proteção na doença e o apoio na parentalidade. E é impossível esquecer a atitude parasitária dos privados, que encerraram portas no despontar da pandemia, mandando centenas de trabalhadores e trabalhadoras para um lay-off financiado pelo Estado, numa altura em que o país mais precisava do seu contributo.

Os sindicatos médicos têm levado as suas reivindicações ao Ministério da Saúde, mas do outro lado têm encontrado indisponibilidade para a negociação. Esta intransigência acabou por empurrar para medidas de luta mais duras, com a realização nos últimos cinco anos de três greves nacionais, uma greve regional e várias greves setoriais, incluindo do SAMS. Só o sentido cívico e de responsabilidade para com os cidadãos e as cidadãs neste duro cenário de pandemia tem impedido as médicas e médicos de encetarem mais formas de luta nos últimos dois anos. Neste novo ciclo político, a maioria absoluta faz antever uma postura ainda menos dialogante, que só o esforço conjunto e a mobilização de todos e todas, profissionais, utentes, sindicatos e sociedade civil, podem quebrar.

Numa profissão que defende a humanização dos cuidados de saúde, não é compreensível que quem presta cuidados o faça sob condições desumanas. É necessário aumentar salários, reforçar equipas, reduzir a penosidade do trabalho em urgência, criar condições para a fixação de médicos de família e médicos hospitalares nas regiões carenciadas. É urgente recuperar e respeitar a carreira médica e valorizar todos os profissionais de saúde, que são o pilar do SNS. Melhorar as condições de trabalho é lutar por um SNS que é de todos e de todas. ●

## ÍNDICE

2. Editorial
3. O Triunfo do conservadorismo sobre as decisões das mulheres, **Ana Campos**
5. Entrevista a Jo Rodrigues,
7. Hayek, Pinochet e os social-liberais entram num bar..., **Moisés Ferreira**
9. O negócio vai bem (a saúde nem por isso), **Maria Ribeiro**
10. DOSSIER: Inovação em Saúde – Importância da investigação clínica e de translação, **Maria João Carvalho**
14. DOSSIER: O papel do mercado no desenvolvimento de vacinas: Fonte de avanços ou força de bloqueios?, **Miguel Prudêncio**
17. DOSSIER: Quem deve financiar a ciência?, **Ana Isabel Silva**
18. Lei da eutanásia: contra a prepotência, **José Manuel Pureza**
19. Cuidados Paliativos – Direitos humanos em fim de vida, **Gisela Almeida**
20. Por um SNS mais universal e equitativo – Acolher e cuidar dos refugiados, **Sónia Pinto**
23. Para os profissionais de saúde, uma salva de... precariedade!, **Jéssina Araújo**
24. Transformar o SNS, a agenda de um encontro à esquerda
26. Revisão da literatura : a legalização da cannabis aumenta o consumo entre os jovens?, **Bruno Maia**
28. Há setenta anos: "Deuses e Demónios da Medicina", de Fernando Namora, **António Rodrigues**

### ESQUERDA SAÚDE

A revista **EsquerdaSaúde** é uma publicação do Bloco de Esquerda

**ESQUERDA.NET/SAUDE**

### EDITORES

BRUNO MAIA  
MÁRIO ANDRÉ MACEDO

### DESIGN

RITA GORGULHO

# O PAPEL DO MERCADO NO DESENVOLVIMENTO DE VACINAS

## FONTE DE AVANÇOS OU FORÇA DE BLOQUEIOS?

POR MIGUEL PRUDÊNCIO | Investigador principal do Instituto de Medicina molecular

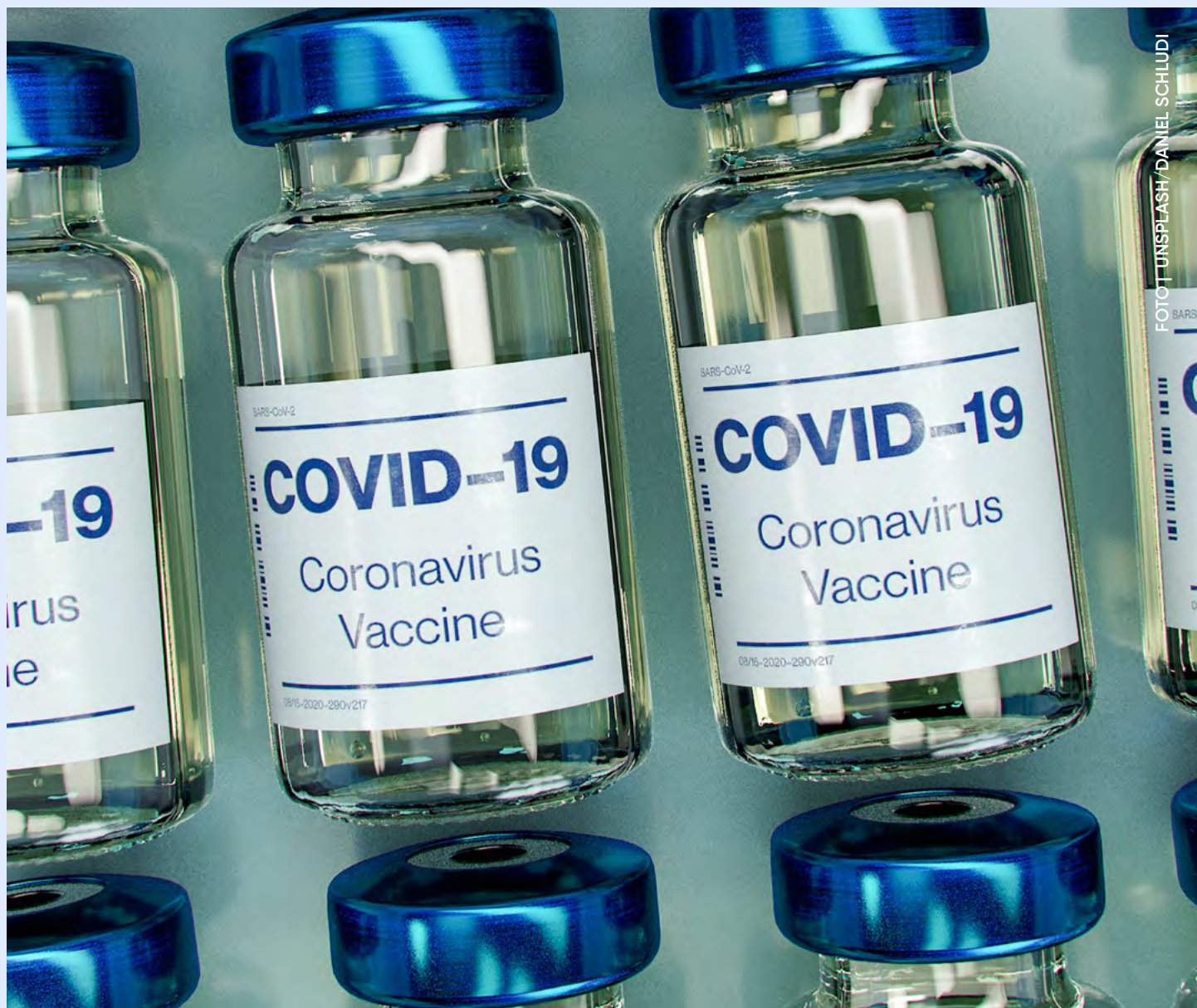


FOTO | UNSPLASH/DANIEL SCHLUDI



AS VACINAS SÃO UMA DAS MAIORES CONQUISTAS DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E PORVENTURA AQUELA QUE MAIS VIDAS SALVOU AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE. NO ENTANTO, O DESENVOLVIMENTO DE UMA VACINA, DESDE A SUA CONCEPÇÃO INICIAL ATÉ À SUA DISPONIBILIZAÇÃO É UM PROCESSO NATURALMENTE COMPLEXO E INEVITAVELMENTE DISPENDIOSO.

Tanto mais complexo quanto maior for o desafio científico colocado pelo organismo infeccioso contra o qual pretendemos vacinar. E tanto mais dispendioso quanto mais exigentes são os requisitos necessários à validação da segurança e eficácia de uma. Longe vão os tempos em que Edward Jenner, criador da vacina contra a varíola, a primeira que o mundo conheceu, mostrou a sua eficácia inoculando-a numa criança de nove anos e expondo-a de seguida ao vírus que causava esta doença. A demonstração de que a criança estava protegida contra a varíola foi um feito extraordinário, mas felizmente impossível de replicar em condições semelhantes nos dias de hoje. Em pleno Séc. XXI, os ensaios clínicos de vacinas, como os de quaisquer fármacos, estão sujeitos a regras rigorosas que visam garantir a segurança dos participantes nestes ensaios e o cumprimento de todas as normas éticas a eles associados. E isto acarreta, inevitavelmente, enormes custos para todo este processo, que é tão desejável quanto é incontornável. É perante esta realidade que uma reflexão sobre o papel do Mercado no desenvolvimento de vacinas pode e deve ser feita, sem preconceitos, e sem perder de vista o principal objetivo: proporcionar às pessoas vacinas que são seguras, eficazes, e salvam vidas.

Parto para esta reflexão com base em dois exemplos muito concretos: o das vacinas de mRNA contra a COVID-19, que todos conhecemos, e o de uma vacina contra a malária, o principal foco de vários anos da minha investigação científica. Duas doenças muito distintas, quer na sua etiologia, quer na sua distribuição geográfica. Duas doenças para as quais a história do desenvolvimento de uma vacina eficaz é muito diferente entre si. Mas duas doenças que talvez nos ajudem a abordar o tema deste artigo, cujo propósito, mais do que dar respostas definitivas à questão formulada no seu título, é deixar algumas pistas de reflexão sobre a qual cada um de nós poderá construir a sua própria opinião.

### O CASO DA COVID-19

Ao contrário do que muitos porventura pensam, a tecnologia subjacente às vacinas de mRNA contra a COVID-19 não começou a ser desenvolvida no final de 2019, quando o vírus SARS-CoV-2 surgiu. Pelo contrário, ela assenta em décadas de investigação científica, maioritariamente levada a cabo com fundos públicos, que permitiram a rápida utilização desse conhecimento acumulado para o combate à pandemia então emergente. Empresas como

a BioNTech ou a Moderna, já então a explorar a tecnologia de mRNA para o desenvolvimento de outras vacinas, rapidamente redirecionaram os seus esforços para a produção de vacinas contra a COVID-19. Os ensaios a que estas foram sujeitas revelaram tratar-se de vacinas extremamente eficazes e seguras, e o processo de avaliação por parte das autoridades reguladoras decorreu de forma invulgarmente célere sem, no entanto, comprometer qualquer das etapas de avaliação a que qualquer novo fármaco tem de ser sujeito. O resultado foi, em menos de um ano, estarem disponíveis vacinas que vieram alterar por completo a face da pandemia e salvar milhões de vidas. Teria isto sido possível sem o empenho das empresas farmacêuticas que lideraram este processo? E teria esse empenho existido não fora o incentivo do Mercado à disponibilização e comercialização destas vacinas? A resposta a ambas estas perguntas é, muito provavelmente, não. A verdade, quer queiramos quer não, é que sem a pressão do Mercado teria sido virtualmente impossível atingir aquilo que se atingiu do ponto de vista científico e tecnológico num espaço de tempo tão curto. No entanto, não nos podemos esquecer de que aquilo que empresas como a BioNTech/Pfizer e a Moderna lograram atingir só foi possível graças ao financiamento público de que beneficiaram. E não nos esqueçamos também das desigualdades gritantes na distribuição das vacinas a nível planetário, consequência mais do que evidente das disparidades económicas que atravessam o globo. Se é certo que o Mercado funcionou como um motor que permitiu acelerar o desenvolvimento destas vacinas, não é menos certo que esse mesmo Mercado condicionou o acesso às mesmas a quem não dispunha da capacidade económica para as adquirir em pé de igualdade com as regiões mais favorecidas do planeta.

### O CASO DA MALÁRIA

A malária é uma das doenças mais antigas que se conhecem, remontando às primeiras descrições daquilo que se presume ser esta doença há mais de 2000 anos. Desde a identificação do seu agente causador, o parasita Plasmodium, até aos dias de hoje, têm sido muitas as tentativas de o combater. As campanhas de erradicação da malária levadas a cabo pela Organização Mundial de Saúde (OMS) nos anos 1950 e 1960 lograram eliminar este parasita de várias áreas do planeta, incluindo a América do Norte, a Europa e algumas regiões Asiáticas. No entanto, a malária subsistiu em quase metade do globo, sobretudo nas regiões mais desfavorecidas, com particular impacto na África sub-Saariana, onde continua a ser responsável por centenas de milhares de mortes de crianças todos os anos. Ao longo de décadas, têm sido múltiplas as tentativas de desenvolver uma vacina eficaz contra a malária. No entanto, o desafio científico colocado pelos parasitas Plasmodium, organismos infinitamente mais complexos que, por exemplo, os vírus, aliado a dificuldades na obtenção de financiamento para a pesquisa nesta área, têm condicionado os resultados obtidos. No início do Séc. XXI, o combate à malária e a disponibilidade de verbas para a investigação desta doença ganha-

ram novo fôlego com a entrada em cena da Fundação Bill & Melinda Gates, que elegeu a sua erradicação como uma das suas prioridades. A minha própria investigação neste domínio apenas foi possível graças ao apoio que recebeu desta Fundação. Diversos outros laboratórios e empresas beneficiaram destes apoios e, no dia 6 de outubro de 2021, a OMS veio recomendar a primeira vacina de sempre contra a malária, designada RTS,S.

Fruto de mais de três décadas de pesquisa, liderada pela farmacêutica GSK, a RTS,S é um marco no combate à malária, mas os seus cerca de 30% de eficácia ficam muito aquém do ideal, sendo necessário e urgente desenvolver vacinas mais eficazes contra esta doença. É, pois, legítimo perguntarmo-nos se este progresso não estará significativamente condicionado pelo desinteresse na malária por parte do Mercado, que a entende como economicamente pouco atrativa e, portanto, pouco merecedora de esforço e investimento. Tal como é legítimo interrogarmo-nos sobre onde estaríamos no desenvolvimento de uma vacina realmente eficaz contra a malária se a capacidade económica dos seus principais destinatários permitisse às empresas farmacêuticas aspirar àquilo que o Mercado mais preza: o lucro. No entanto, e ao mesmo tempo, não nos podemos esquecer de que foi uma empresa farmacêutica que desenvolveu a única vacina até agora disponível para a malária, tal como não nos podemos esquecer do papel da Fundação Gates e do seu fundador, ironicamente ele próprio um produto do Mercado, em todo este processo.

### BEM COMUM E LUCROS AMORAIS

Perante este conjunto de factos, que conclusões pode-

mos, então, tirar acerca do papel do Mercado no desenvolvimento de vacinas? Será ele uma fonte de avanço científico e tecnológico que permite desenvolver vacinas em tempo recorde para combater uma pandemia emergente? Ou será uma força de bloqueio de desenvolvimento de vacinas para doenças economicamente pouco atrativas? E será que é sempre e apenas uma destas duas coisas? Na minha opinião, apesar de atraente, uma perspetiva maniqueísta sobre este assunto, que reduza o Mercado à fonte de todos os Males ou, pelo contrário, à grande força motriz do Bem, peca por simplista e, sobretudo, irrealista. Naquilo que eu considero um mundo ideal, o bem de todos não deveria nem poderia estar refém da perspetiva de lucros amorais de alguns. Nesse mundo, os dinheiros públicos seriam canalizados para o bem-estar das pessoas, para o conhecimento e para o desenvolvimento científico, ao invés de contribuirem para a especulação financeira e de alimentarem orçamentos militares verdadeiramente repugnantes. No entanto, será legítimo atrasar o encontrar de soluções para os problemas de saúde das populações enquanto esse mundo permanecer uma miragem? Será aceitável protelar o desenvolvimento de vacinas para doenças que podem ser prevenidas apenas como forma de combater os aspetos mais perversos do Mercado? No mundo real, isso é sequer possível? Creio que, felizmente para alguns, e infelizmente para todos os restantes, o mundo em que vivemos não nos permite aspirar a resolver os grandes desafios da saúde global sem a intervenção do Mercado. Mas nada nos impede de pugnar por mecanismos justos de regulação desse Mercado, de apelar à consciência social dos seus agentes e, sobretudo, de aspirar a um mundo em que o bem-estar coletivo seja um verdadeiro desígnio global.



FOTO | FREEPIK/RAWPIXEL